

O Mundo em Português Nº17

Fevereiro 2001

O Fim da Suave Hegemonia

Álvaro de Vasconcelos

Com a tomada de posse de um Governo menos apegado ao multilateralismo, chega ao fim a época da suave hegemonia americana que vigorou durante os anos de Clinton.

A mudança de governo nos Estados Unidos coincidiu com o relançar do debate sobre o Kosovo. Para os seus detractores, a intervenção da Nato seria a manifestação da política arrogante, desrespeitadora das normas e regras internacionais, da hiperpotência americana, coadjuvada por uma Europa demasiado frágil para se lhe opor. Clinton, com a sua perspectiva internacionalista liberal, o seu apego, ainda que tímido, às intervenções humanitárias, parecia-lhes particularmente suspeito. Tanto mais que por trás de toda a intervenção há forçosamente interesses obscuros, mais ou menos inconfessáveis, de natureza económica ou de afirmação de poder. Nesta perspectiva, a chegada ao poder de uma equipa política mais ligada à escola realista americana, tendencialmente menos internacionalista, constitui um factor de clarificação e previsibilidade favorável à paz e à União Europeia, ou porque tornaria mais clara a natureza hegemónica dos Estados Unidos ou porque, deixados à sua sorte, os europeus seriam obrigados a assumir a segurança do continente.

A forma como a administração Clinton moderou a utilização do poder americano permite-nos falar de hegemonia suave, termo que prefiro ao mais usado – hegemonia benigna, que a meu ver traduz menos bem o desequilíbrio do actual sistema internacional e a necessidade de conter o poder americano no quadro de instituições multilaterais. Houve vários casos de unilateralismo durante os últimos oito anos, alguns por decisão presidencial (continuação das operações militares contra o Iraque), outros por decisão da maioria republicana do Congresso, como a lei Helms-Burton, que impõe sanções a empresas estrangeiras que façam negócios com Cuba. Diga-se, em abono da verdade, que Clinton foi suspendendo sucessivamente as disposições extra-territoriais desta lei. De qualquer forma, estes exemplos mostram, sejam as decisões unilaterais do presidente ou ainda mais claramente as impostas pelo congresso, que os Estados Unidos têm uma enorme dificuldade em aceitar a partilha de soberania e a supranacionalidade. Daí a oposição americana ao tratado que cria o Tribunal Penal Internacional, que Clinton viria a assinar *in extremis* e que certamente não será ratificado pelo Senado. Clinton foi o primeiro presidente americano a usufruir plenamente de um poder militar sem rival. O pai Bush começou a descobri-lo durante a guerra do Golfo, mas perdeu as eleições pouco menos de um ano depois de a bandeira soviética ter sido arriada do Kremlin, a 26 de Dezembro de 1991. Com o fim do equilíbrio bipolar e também em consequência da sua superioridade tecnológica, os Estados Unidos encontram-se, do ponto de vista do poder militar, numa situação ímpar, sem rival e sem paralelo na história moderna. Uma política americana que seja orientada essencialmente por considerações tradicionais do interesse nacional e de política de potência traduzir-se-ia num unilateralismo activo e provocaria certamente a emergência de uma santa aliança contra os Estados Unidos. Disto tinha consciência a administração Clinton, que utilizou a força militar, regra geral, com parcimónia, e depois de longos processos diplomáticos e numerosas resoluções das Nações Unidas, como no caso da Bósnia ou do Kosovo. Mas será necessariamente assim com W. Bush? O risco de uma hegemonia mais musculada e menos comprometida com o multilateralismo é real. Como afirmou, com extrema candura, Condoleezza

Rice, conselheira para a segurança nacional do novo presidente americano, o desconforto da administração Clinton com a política de potência levou a um apego a "noções de lei e normas internacionais, à crença que o apoio de muitos Estados – ou melhor ainda – de instituições como as Nações Unidas – é essencial para o exercício legítimo do poder. O interesse nacional é substituído pelo interesse humanitário ou pelo interesse da comunidade internacional". Os exemplos que Condoleezza Rice dá do apego de Clinton ao multilateralismo são o tratado de Quioto sobre o aquecimento global e o tratado de proibição dos testes nucleares chumbado no Congresso, ambos, segundo ela, contrários aos interesses americanos. As forças armadas americanas já não fariam a guerra em nome de valores, americanos e universais, mas abertamente em nome do interesse e do poder, americano e nacional.

A nova administração é formada por homens competentes mas muito presos à experiência da guerra fria e inclinados a definir o poder americano antes de tudo em termos militares. O exemplo mais claro disso é o seu empenho no projecto de defesa nacional anti-mísseis que, apesar das dificuldades de execução técnica, tem um apoiante entusiasta no novo responsável pela pasta da Defesa, Rumsfeld, indiferente aos desequilíbrios e à corrida aos armamentos nucleares que a santuarização dos Estados Unidos não deixaria de provocar. Este programa tem a oposição de todos os governos europeus, nomeadamente devido às suas consequências nas relações com a Rússia.

Para a União Europeia os próximos anos serão tempos difíceis. A sintonia que existiu entre muitos líderes europeus e Clinton não se repetirá com W. Bush. A atitude de não oposição da administração Clinton à iniciativa franco-britânica, que relançou a política europeia de defesa, poderá ser substituída pelo discurso tradicional de que esta prejudica a solidez da aliança atlântica. Para os homens do novo presidente americano, a Europa da defesa é vista em termos de partilha das despesas no seio da Nato, e não de afirmação, também, de uma capacidade autónoma da Europa para agir quando os americanos considerarem que os seus interesses não estão em causa – o que foi o caso da Bósnia, mesmo para a administração Clinton, durante quatro anos.

O abandono pela nova administração americana da doutrina Clinton de intervenção nas crises humanitárias e nos processos de construção das sociedades civis deixará os europeus mais isolados e possivelmente mais divididos, e as Nações Unidas com menos capacidade de resolver os "Ruandas, Somálias, Timores e Bósnias deste mundo", para utilizar a expressão de alguns estrategas norte-americanos.

Como tem sido afirmado, a Europa política torna-se, nestas circunstâncias, uma necessidade ainda mais premente. Mas, ao contrário do que tem sido também dito, ela será agora ainda mais difícil de construir.